



Demonstrações financeiras

Hinova Pay Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ: 27.970.567/0001-47

30 de junho de 2026

com Relatório do Auditor Independente

Conteúdo

Relatório da Administração.....	2
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	3
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da **Hinova Pay Instituição de Pagamento S.A.** submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Hinova Pay é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pelo Banco Central do Brasil a atuar como **Instituição de Pagamento, na modalidade emissora de moeda eletrônica**, oferecendo soluções de pagamentos eletrônicos por meio de contas de pagamento pré-pagas destinadas predominantemente ao mercado corporativo. Sua atuação está fundamentada na inovação, na segurança das operações, na conformidade regulatória e na busca contínua pela excelência na prestação de serviços financeiros.

Durante o semestre, a Companhia manteve seu compromisso com o fortalecimento da governança corporativa, da gestão de riscos, dos controles internos e da conformidade regulatória, preservando elevados padrões de segurança, transparência e eficiência operacional, em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Por fim, a Administração agradece a confiança dos acionistas, o relacionamento construído com clientes e parceiros e o comprometimento de seus colaboradores, cujo trabalho é fundamental para o crescimento sustentável, a inovação e a continuidade das atividades da Companhia.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2026.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao

Conselho de Administração e Acionistas

HINOVA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **HINOVA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HINOVA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o semestre findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Moore Auditores e Consultores

Rua Pernambuco, 554, 11º andar, Savassi - CEP 30130-156 | Belo Horizonte - MG
+55 (31) 3284 8955 | +55 (31) 3344 3033
www.moorebrasil.com.br

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

Moore Auditores e Consultores

Rua Pernambuco, 554, 11º andar, Savassi - CEP 30130-156 | Belo Horizonte - MG
+55 (31) 3284 8955 | +55 (31) 3344 3033
www.moorebrasil.com.br

erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2026.

Moore Consulting News
Auditores Independentes
CRC – MG 6.494/O-4
Registro CVM nº 7854

ADELMO DE
OLIVEIRA:37
293192649

Assinado de forma
digital por ADELMO DE
OLIVEIRA:37293192649
Dados: 2026.08.26
13:32:01 -03'00'

Adelmo de Oliveira
CRCMG – 46.235/O-0
Sócio Responsável

MARCELO
MODESTO
COSTA:8108
5532615

Assinado de forma
digital por MARCELO
MODESTO
COSTA:81085532615
Dados: 2026.08.26
12:22:22 -03'00'

Marcelo Modesto Costa
CRCMG – 76.189/O-6
Contador

Moore Auditores e Consultores

Rua Pernambuco, 554, 11º andar, Savassi - CEP 30130-156 | Belo Horizonte - MG
+55 (31) 3284 8955 | +55 (31) 3344 3033
www.moorebrasil.com.br

HINOVA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
CNPJ: 27.970.567/0001-47
Valores em milhares de reais



Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	66.055	75.759	Conta de pagamento pré-paga	7	47.552	55.819
Impostos e contribuições a compensar	5	2.135	515	Dividendos a pagar	8	-	4.500
Outros ativos		4	4	Obrigações tributárias	9	2.594	1.745
				Obrigações trabalhistas e fiscais		187	169
				Outros passivos		100	332
Total do ativo circulante		68.194	76.278	Total do passivo		50.433	62.565
Não circulante				Patrimônio líquido			
Bloqueios judiciais		157	221	Capital social	10a	15.000	15.000
				Reserva legal	10b	1.085	912
Permanente				Reserva de lucros	10c	3.676	375
Imobilizações de uso		24	31				
Ativos Intangíveis	6	1.819	2.321	Total do patrimônio líquido		19.761	16.286
Total do ativo não circulante		2.000	2.573	Total do passivo e do patrimônio líquido		70.194	78.851
Total do ativo		70.194	78.851				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Receitas da intermediação financeira		4.758	3.445
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	11a	4.305	3.137
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11b	453	308
Resultado bruto da intermediação financeira		4.758	3.445
Receitas (Despesas) operacionais		983	3.860
Receitas de prestação de serviços	11c	12.472	12.438
Despesas administrativas	11d	(8.037)	(7.295)
Despesas de pessoal	11e	(615)	(651)
Despesas tributárias	11f	(2.006)	(1.105)
Outras receitas	11g	76	688
Outras despesas	11h	(907)	(215)
Resultado operacional		5.741	7.305
Imposto de renda e contribuição social		(2.266)	(2.588)
Lucro líquido do semestre		3.475	4.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Lucro líquido do semestre	<u>3.475</u>	<u>4.717</u>
Resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>3.475</u>	<u>4.717</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.000	451	5.125	11.576
Lucro do período	-	-	4.717	4.717
Saldo em 30 de junho de 2025	6.000	451	9.842	16.293
Lucro do período	-	-	4.493	4.493
Aumento de capital	9.000	-	(9.000)	-
Constituição de reserva legal	-	461	(461)	-
Dividendos a pagar	-	-	(4.500)	(4.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.000	912	375	16.286
Lucro do período	-	-	3.475	3.475
Constituição de reserva legal	-	174	(174)	-
Saldo em 30 de junho de 2026	15.000	1.085	3.676	19.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	3.475	4.717
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	509	511
Aumento/(diminuições):	3.984	5.228
Ativo		
Bloqueios judiciais	64	27
impostos e contribuições a compensar	(1.620)	2.100
Outros ativos	-	37
Passivo		
Conta de pagamento pré-paga	(8.267)	6.651
Obrigações tributárias	849	(1.527)
Obrigações trabalhistas e fiscais	18	48
Outros passivos	(232)	(1.223)
Caixa gerado proveniente das atividades operacionais	(5.204)	11.341
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Dividendos pagos	(4.500)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(4.500)	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(9.704)	11.341
Caixa e equivalentes de caixa no começo do período	75.759	51.339
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	66.055	62.680
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.704)	11.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Hnova Pay Instituição de Pagamento S.A. ("Hnova Pay" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em junho de 2017, com sede na Rua Manoel de Elias Aguiar, nº 245, Sala 1A, Bairro Ouro Preto, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços financeiros relacionados aos meios de pagamento. Em 13 de abril de 2022, obteve autorização do Banco Central do Brasil ("BCB") para funcionar como instituição de pagamento, na modalidade emissora de moeda eletrônica, conforme ato publicado no Diário Oficial da União ("DOU").

A Hnova Pay oferece soluções de pagamentos eletrônicos voltadas predominantemente ao mercado corporativo, disponibilizando contas de pagamento pré-pagas e serviços financeiros por meio de uma plataforma digital integrada.

Por meio de sua plataforma, a Companhia disponibiliza serviços como emissão de boletos de cobrança, recebimentos, pagamentos, transferências, transações via Pix e demais funcionalidades voltadas à gestão e movimentação de recursos de seus clientes, sempre em conformidade com a regulamentação aplicável.

As operações da Companhia tiveram início em 2020 e, desde então, vem consolidando sua atuação por meio da expansão gradual de sua base de clientes, do fortalecimento de sua estrutura operacional e da evolução contínua de seu portfólio de produtos e serviços. A estratégia da Administração está direcionada ao desenvolvimento contínuo de soluções que agreguem eficiência à gestão financeira de seus clientes, ampliem o volume transacionado na plataforma e fortaleçam sua atuação como provedora de soluções de pagamentos eletrônicos para o mercado corporativo, sempre em conformidade com a regulamentação vigente e com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), as quais contemplam as disposições da legislação societária brasileira, bem como as normas e regulamentações expedidas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e pelo Banco Central do Brasil.

Na elaboração destas demonstrações financeiras, a Companhia observou as disposições da Resolução BCB nº 2/2020, bem como os pronunciamentos técnicos



emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), conforme aprovados pelo CMN e pelo BCB, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando expressamente indicado de forma diversa nas práticas contábeis descritas nestas notas explicativas. O custo histórico é, em geral, baseado no valor justo das contraprestações pagas na aquisição dos ativos.

Os principais pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e aplicáveis à Companhia, aprovados pelo CMN e/ou pelo BCB, são:

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/2019;
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado pela Resolução BCB nº 120/2021.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020 e à Resolução BCB nº 2/2020, os ativos e passivos são apresentados exclusivamente em ordem de liquidez e exigibilidade, respectivamente.

As demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2026.

A Hinoва Pay observa, na contabilização de seus instrumentos financeiros, os critérios aplicáveis de reconhecimento, classificação, mensuração e baixa, bem como de constituição de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e demais normas complementares aplicáveis às instituições de pagamento.



3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente na preparação das informações financeiras dos períodos apresentados.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Os valores divulgados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração exerça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis, bem como os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Entre os principais itens sujeitos a julgamentos e estimativas da Administração destacam-se a mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de chargebacks, a avaliação de passivos contingentes e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

As estimativas e premissas utilizadas são revisadas periodicamente pela Administração, com base nas circunstâncias existentes e nas informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalentes

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos mantidos em contas correntes bancárias, aplicações financeiras automáticas de liquidez imediata e operações compromissadas vinculadas aos recursos mantidos em contas de pagamento pré-pagas junto às instituições financeiras custodiantes. Esses recursos são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.



3.4. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, a qual é revisada periodicamente pela Administração e, no mínimo, ao final de cada exercício social.

Os gastos com manutenção e conservação dos bens são reconhecidos diretamente no resultado, em conformidade com o regime de competência, enquanto os gastos que resultem em benefícios econômicos futuros são incorporados ao custo do ativo.

Os bens do ativo imobilizado são apresentados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

3.5. Ativo intangível

Os ativos intangíveis são compostos, substancialmente, por softwares adquiridos e marcas, sendo registrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável (impairment).

Os ativos intangíveis são baixados quando alienados ou quando não houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros decorrentes de seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas apuradas na baixa desses ativos são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que ocorrerem.

O valor residual, a vida útil econômica e o método de amortização são revisados periodicamente pela Administração e, no mínimo, ao final de cada exercício social, sendo os efeitos de eventuais alterações reconhecidos prospectivamente, quando aplicável.

3.6. Outros ativos e passivos

Os ativos são registrados pelos respectivos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos e das variações monetárias calculadas pro rata die, deduzidos das provisões para perdas esperadas, quando aplicáveis.

Os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros e das variações monetárias incorridos pro rata die.



3.7. Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações relacionadas aos benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são reconhecidas como despesa à medida que os respectivos serviços são prestados. Os correspondentes passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou construtiva, decorrente dos serviços prestados pelos empregados, desde que seja provável a saída de recursos para sua liquidação e que seu valor possa ser estimado de forma confiável.

3.8. Capital social

O capital social corresponde aos recursos subscritos e integralizados pelos acionistas, em conformidade com as disposições do estatuto social da Companhia.

3.9. Receitas de prestação de serviços

As receitas são reconhecidas em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, pelo regime de competência, à medida que as obrigações de desempenho assumidas perante os clientes são satisfeitas, refletindo a contraprestação que a Companhia espera receber pelos serviços prestados.

A receita operacional decorre, substancialmente, da prestação de serviços relacionados aos meios de pagamento, sendo composta, principalmente, por tarifas e taxas relacionadas aos serviços de pagamento disponibilizados pela Companhia. O reconhecimento ocorre no momento da efetiva prestação dos serviços, pelo valor da contraprestação a que a Companhia espera ter direito.

3.10. Tributos sobre o lucro

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são apurados de acordo com o regime de tributação do Lucro Real, com apuração trimestral, em conformidade com a legislação tributária vigente.

As bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são determinadas a partir do resultado contábil do período, ajustado pelas adições, exclusões e compensações previstas na legislação tributária aplicável. O IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder R\$ 60.000,00 no trimestre. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre a respectiva base de cálculo, observados os ajustes previstos na legislação aplicável.



O IRPJ e a CSLL correntes são reconhecidos no resultado do período em conformidade com o regime de competência. Os tributos diferidos, quando aplicáveis, são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, observados os critérios de reconhecimento estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis.

3.11. Apuração do resultado

O resultado do período é apurado de acordo com o regime de competência, mediante o reconhecimento das receitas, dos custos e das despesas nos períodos a que se referem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES

O caixa e equivalentes de caixa apresentado estão representados por:

		30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	(a)	493	164
Operações compromissadas	(b)	57.500	62.999
Títulos e Valores Mobiliários	(c)	8.062	12.596
		66.055	75.759

		30/06/2026	31/12/2025
(a) Disponibilidades			
Recursos próprios		493	14
Recursos terceiros		-	150
		493	164
(b) Operações Compromissadas			
Recursos próprios		9.948	-
Recursos terceiros		47.552	62.999
		57.500	62.999
(c) Títulos e Valores Mobiliários			
Recursos próprios		8.062	10.965
Recursos terceiros		-	1.631
		8.062	12.596



5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Imposto de renda a recuperar aplicação financeira	1.151	507
Imposto de renda - estimativa	424	-
Contribuição Social - estimativa	553	-
Outros	7	8
Total	<u>2.135</u>	<u>515</u>

6. ATIVO INTANGÍVEL

Movimentação:	Vida útil estimada	31/12/2025	Amortização	30/06/2026
Custo				
Software	5 anos	5.014	-	5.014
Marcas	10 anos	2	-	2
Total		5.016	-	5.016
Amortização:	Taxa			
Software	20% a.a.	(2.694)	(502)	(3.196)
Marcas	10% a.a.	(1)	-	(1)
Total		(2.695)	(502)	(3.197)
Intangível líquido		<u>2.321</u>	<u>(502)</u>	<u>1.819</u>

7. CONTAS DE PAGAMENTO PRÉ-PAGAS

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Conta Pré-Paga – Pessoa Física	9	314
Conta Pré-Paga – Pessoa Jurídica	45.583	53.451
Saldo Bloqueado	1.960	2.054
Total	<u>47.552</u>	<u>55.819</u>

As obrigações referentes às contas de pagamento pré-pagas correspondem aos recursos mantidos pelos usuários na plataforma da Companhia. Esses valores são registrados pelos respectivos montantes de exigibilidade, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos apropriados até a data do balanço, calculados pro rata die, e permanecem disponíveis para resgate pelos usuários a qualquer tempo, em conformidade com a regulamentação vigente.



8. DIVIDENDOS A PAGAR

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Dividendos	-	4.500
Total	<u>-</u>	<u>4.500</u>

De acordo com as deliberações aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária / Reunião de Acionista realizada no mês de dezembro de 2025 e registrada na JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 19 de janeiro de 2026, sob o nº 13450520, foi definida a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Após a constituição das reservas legais e estatutárias aplicáveis, foi destinada a distribuição de dividendos a pagar no montante de R\$ 4.500 (mil), que foram liquidados financeiramente no 1º semestre de 2026.

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Provisão de imposto de renda	1.599	1.138
Provisão de contribuição social	667	412
Impostos sobre serviços tomados	4	4
Iss	104	110
Pis/Cofins	<u>220</u>	<u>81</u>
Total	<u>2.594</u>	<u>1.745</u>

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

b) Reserva Legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da Instituição, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela Instituição, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida.



c) Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta pelos lucros líquidos apurados, após as destinações previstas na legislação societária e no estatuto social da Companhia, acrescidos dos saldos de lucros de exercícios anteriores e deduzidas as distribuições de dividendos, quando aplicáveis.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado o direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas na legislação societária e no estatuto social da Companhia, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Excepcionalmente, a Companhia poderá reter a totalidade do lucro líquido do exercício nas hipóteses previstas no § 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, mediante deliberação da Assembleia Geral, quando sua situação financeira assim o justificar.

O saldo remanescente do lucro líquido, quando houver, terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Administração, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

11. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2026	30/06/2025
LTN - vinculada a conta pré-paga	1.475	2.380
LFT - vinculada a conta pré-paga	2.830	713
NTN - vinculada a conta pré-paga	-	44
	4.305	3.137

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de títulos de renda fixa	290	286
Rendas de aplicação em fundos de investimento	163	22
	453	308

c) Receitas de prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas por serviços de pagamento	12.472	12.438
	12.472	12.438

d) Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Contribuições filantrópicas	(480)	-
Processamento de dados	(633)	(588)
Serviços do sistema financeiro	(5.826)	(5.506)



Serviços de terceiros	(253)	(227)
Serviços técnicos especializados	(324)	(441)
Depreciação/ Amortização	(509)	(511)
Outras despesas administrativas	(12)	(22)
	(8.037)	(7.295)
e) Despesas de pessoal	30/06/2026	30/06/2025
Benefícios	(103)	(112)
Proventos	(377)	(403)
Encargos sociais	(135)	(136)
	(615)	(651)
f) Despesas tributárias	30/06/2026	30/06/2025
Imposto sobre serviços prestados	(625)	(622)
Cofins	(1.140)	(394)
Pis	(237)	(85)
Outros	(4)	(4)
	(2.006)	(1.105)
g) Outras receitas	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de encargos e despesas	30	93
Crédito de Pis e Cofins	46	595
	76	688
h) Outras despesas	30/06/2026	30/06/2025
Associação em classe	(10)	-
Custas judiciais	(9)	-
Tarifa de conectividade	(4)	-
Judiciais	(175)	-
Perdas operacionais	(709)	(215)
	(907)	(215)

12. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia mantém estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza, o porte e a complexidade de suas atividades, produtos e serviços, permitindo a identificação, mensuração, monitoramento, controle e mitigação dos riscos de forma contínua e integrada, em conformidade com a regulamentação aplicável. O gerenciamento de riscos está disciplinado em políticas internas, revisadas, no mínimo, anualmente pela Alta Administração, com o objetivo de assegurar sua aderência às estratégias da Companhia, às melhores práticas de governança e às exigências regulatórias.



12.1 Risco Operacional

O risco operacional corresponde à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos que possam impactar o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Nesse contexto, incluem-se, entre outros, riscos relacionados à segurança da informação e à proteção de dados, à identificação e autenticação de usuários, à autorização de transações de pagamento, à ocorrência de fraudes internas e externas, à indisponibilidade de sistemas, à interrupção dos serviços prestados, a falhas na infraestrutura de tecnologia da informação e ao gerenciamento dos processos operacionais.

Para o gerenciamento do risco operacional, a Companhia mantém estrutura compatível com a natureza, o porte e a complexidade de suas operações, contemplando, entre outras medidas:

- ✓ plano de continuidade de negócios e de contingência operacional;
- ✓ processos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais; mecanismos de segurança da informação e de proteção de dados;
- ✓ monitoramento contínuo das transações de pagamento e prevenção à fraude; procedimentos que asseguram a rastreabilidade das transações de pagamento;
- ✓ segregação de funções nos ambientes de desenvolvimento, testes e produção dos sistemas de tecnologia da informação;
- ✓ realização periódica de testes de segurança, continuidade operacional e efetividade dos controles internos; e critérios para contratação, avaliação e monitoramento de prestadores de serviços terceirizados considerados relevantes para as atividades da Companhia.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional está formalizada em políticas internas, revisadas, no mínimo, anualmente pela Alta Administração, com o objetivo de assegurar sua aderência às estratégias da Companhia, às melhores práticas de governança e às exigências regulatórias aplicáveis.

12.2 Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar, de forma eficiente e tempestiva, suas obrigações presentes e futuras, esperadas



ou inesperadas, sem comprometer a continuidade de suas operações ou incorrer em perdas relevantes. Esse risco também contempla a capacidade de converter os recursos mantidos em contas de pagamento em moeda física ou escritural, sempre que solicitado pelos usuários, em conformidade com a regulamentação aplicável.

O gerenciamento do risco de liquidez contempla, entre outros aspectos, os riscos decorrentes de descasamentos entre ativos e passivos, da indisponibilidade de fontes de financiamento e de eventos extraordinários que possam afetar a capacidade da Companhia de cumprir tempestivamente suas obrigações.

Para o gerenciamento do risco de liquidez, a Companhia mantém estrutura compatível com a natureza, o porte e a complexidade de suas operações, contemplando, entre outras medidas:

- monitoramento contínuo da posição de liquidez e dos fluxos de caixa, em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia;
- definição de limites, indicadores e parâmetros para acompanhamento da liquidez;
- manutenção de plano de contingência para situações de estresse de liquidez;
- avaliação periódica da suficiência dos recursos disponíveis para suportar suas operações;
- gerenciamento da liquidez dos recursos mantidos em contas de pagamento; e
- divulgação da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, em conformidade com a regulamentação aplicável.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez está formalizada em políticas internas, revisadas, no mínimo, anualmente pela Alta Administração, com o objetivo de assegurar sua aderência às estratégias da Companhia, às melhores práticas de governança e às exigências regulatórias aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia mantém Patrimônio de Referência Ajustado compatível com os requerimentos prudenciais aplicáveis às instituições enquadradas no Segmento S5, em conformidade com as Resoluções BCB nº 197 e nº 198, ambas de 11 de março de 2022, e demais normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.



Descrição	30/06/2026	31/12/2025
PRip MÍNIMO DE CAPITAL	4.169	3.764
PATRIMONIO DE REFERENCIA (PRip)	<u>17.942</u>	<u>13.966</u>
(+) Excesso/ (-) Falta	13.773	10.202

12.3 Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP

A Hinoва Pay mantém Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP), estruturada em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis, com os seguintes objetivos:

- prevenir a utilização de seus produtos e serviços para a prática de ilícitos relacionados à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- estabelecer procedimentos para identificação, qualificação, classificação e monitoramento contínuo de clientes, colaboradores, prestadores de serviços e parceiros de negócios, com o objetivo de mitigar riscos e identificar operações ou situações suspeitas e atípicas; e
- preservar a integridade, a reputação e a imagem da Companhia perante clientes, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e a sociedade, por meio de uma estrutura de governança pautada na transparência, no cumprimento da legislação e na cooperação com as autoridades competentes.

A Política estabelece procedimentos de conformidade destinados à identificação e ao monitoramento dos relacionamentos mantidos pela Companhia, incluindo a coleta, atualização e guarda de informações cadastrais, bem como a identificação de beneficiários finais e de Pessoas Expostas Politicamente (PEP).

A Hinoва Pay não admite a abertura ou a manutenção de contas anônimas ou sem a adequada identificação de seus titulares e beneficiários finais. A Companhia também veda o início ou a manutenção de relacionamento com pessoas físicas ou jurídicas sujeitas a sanções financeiras, conforme a legislação e a regulamentação aplicáveis.



Programa de PLD-FTP

Para assegurar a efetividade de seu Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP), a Companhia mantém estrutura de controles internos compatível com a natureza, o porte e a complexidade de suas operações, baseada em políticas, procedimentos e mecanismos destinados à prevenção, identificação, monitoramento, mitigação e comunicação de operações suspeitas, em conformidade com a legislação e a regulamentação vigentes.

Como parte desse programa, a Companhia adota, entre outras medidas:

- procedimentos de identificação, qualificação e monitoramento contínuo de clientes, colaboradores, parceiros e prestadores de serviços, por meio dos processos de Conheça seu Cliente (KYC), conheça seu Colaborador (KYE), conheça seu Parceiro (KYP) e Conheça seu Prestador de Serviços (KYS);
- avaliação prévia de novos produtos, serviços, processos e tecnologias sob a perspectiva de PLD/FT;
- manutenção de canais internos destinados ao reporte de situações atípicas e ao atendimento das exigências regulatórias; e
- realização periódica de treinamentos e ações de conscientização voltadas aos colaboradores.

A Companhia mantém processo contínuo de monitoramento das transações e operações realizadas em sua plataforma, utilizando mecanismos destinados à identificação de situações atípicas, indícios de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, fraudes e demais irregularidades, com base em abordagem orientada por risco.

As operações classificadas como de maior risco, incluindo aquelas envolvendo Pessoas Expostas Politicamente (PEP) ou situações em que não seja possível identificar adequadamente o beneficiário final, estão sujeitas a procedimentos de diligência reforçada e monitoramento específico, em conformidade com os critérios estabelecidos na regulamentação vigente.



Sempre que aplicável, as operações ou situações consideradas suspeitas são analisadas e comunicadas às autoridades competentes, observadas as disposições legais e regulamentares, sendo preservado o dever de confidencialidade em relação às comunicações realizadas.

Adicionalmente, a Companhia mantém sistemas e controles destinados ao registro, monitoramento, rastreabilidade, guarda e retenção das informações e documentos relacionados às operações realizadas, observados os prazos e requisitos previstos na regulamentação aplicável.

As políticas, procedimentos e controles relacionados ao Programa de PLD/FT são revisados periodicamente pela Alta Administração, com o objetivo de assegurar sua aderência à legislação, às exigências regulatórias, às melhores práticas de governança e ao contínuo aprimoramento da estrutura de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

12.4 Gestão de Capital

A Companhia mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moeda eletrônica registrados nas contas de pagamento, acrescidos dos valores em trânsito entre contas mantidas na própria Instituição e dos recursos recebidos para crédito em contas de pagamento ainda não disponibilizados para livre movimentação pelos respectivos usuários, em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil.

Os recursos destinados à salvaguarda das contas de pagamento são mantidos segregados dos recursos próprios da Companhia e alocados em ativos admitidos pela regulamentação aplicável, observadas as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Enquanto a Companhia não possuir acesso ao Sistema de Transferência de Reservas (STR), os recursos de salvaguarda permanecem custodiados em conta corrente de sua titularidade mantida em instituição financeira de primeira linha, segregada dos recursos próprios, ou aplicados em títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), inclusive por meio de operações compromissadas.

Após a obtenção de acesso ao Sistema de Transferência de Reservas (STR), os recursos serão mantidos em conta específica junto ao Banco Central do Brasil ou aplicados em



títulos públicos federais registrados no Selic, inclusive por meio de operações compromissadas, observado o disposto na regulamentação vigente.

A Companhia observa e cumpre os requisitos regulamentares relativos à custódia, aplicação e segregação dos recursos mantidos em contas de pagamento, em conformidade com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

13 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2026, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

ROMI FERREIRA CAMPOS DOS SANTOS
Diretor Presidente

JULIANO NAPOLES DRUMOND
Diretor Executivo

WALDIR VICENTE D'AGRELLA
Contador – CRC 1SP205.405/O-0

